

**Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007**

Mundos do Trabalho em Manaus, 1920-1945: uma proposta de investigação.

Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro*

Resumo: Trata-se de proposta de investigação que tematiza o diversificado universo operário em Manaus nos anos da mais notória crise econômica pela qual passou a região e pretende ser uma contribuição à História Social da Amazônia. Nossa abordagem sinaliza diretamente para vivências e experiências sociais que partiam de um universo social segmentado e conflituoso em que as distâncias sociais e culturais engendraram caminhos não apenas diferenciados, mas também antagônicos.

Palavras-Chave: História do Trabalho, Movimentos Sociais, Movimento Operário.

Abstract: The article deals with the proposition of investigation that thematizes the complex working class universe in Manaus in its years of most notorious economical crisis faced by the region and intends to be a contribution to the Social History of Amazonia. Our approach tries to show social experiences which came from an conflitating and segmented universe in which social and cultural distances trails not only different paths, but also antagonists.

Keywords: History of Labor, Social Movements, Working Class Movement

A proposta de investigação aqui esboçada tematiza o universo operário em Manaus nos anos da mais notória crise econômica pela qual passou a região de cujas implicações sociais, não se pode duvidar. É uma tentativa de contribuição à História Social da Amazônia e busca caminhar em espaços ainda pouco freqüentados da produção acadêmica amazonense e inteiramente alheia à cultura historiográfica dominante na região desde o século XIX.

Longe dos benefícios da acumulação que a economia de exportação da borracha engendrou no espaço regional amazônico, os trabalhadores urbanos não partilharam da ode ao progresso e à modernidade que nossa historiografia registrou e consagrou. Como deserdados do látex, por vezes sentiram o progresso e a modernização como perda e, dessa forma, suas aspirações e demandas os impeliram a construção de instrumentos de organização, mobilização e luta que contraditavam o ideário e as práticas dos segmentos patronais e dos grupos dominantes locais.

* Universidade Federal do Amazonas, Doutor em História pela PUC-SP.

Embora os estudos de cunho historiográficos relativos à Amazônia sejam poucos e recentes, não há como (nem é nossa intenção) aprofundá-los, nos limites deste trabalho. Gostaríamos apenas de sublinhar algumas linhas de nossa investigação. A História Social na Amazônia tem avançado nas últimas décadas, iluminando temas e questões, dentre eles o conflituoso universo do trabalho e do trabalhador.

A crítica à modernização urbana da virada do século XIX para o XX e, em especial, aos processos de segregação e exclusão que vinham embutidos nos discursos de embelezamento, higienização, progresso e moralização, ganhou corpo desde a década de 1980 e abriu espaço para que se pudesse visualizar a pobreza urbana e os segmentos sociais a ela mais diretamente associados.

Na esfera do trabalho urbano e, em especial na atenção à composição, estrutura e dinâmica do movimento operário, merece grande destaque a pesquisa realizada por Vicente Salles (2001) para o contexto paraense, com atenção especial a trajetória dos partidos e movimento operários, ligados a tradição do anarquismo e do socialismo. No Amazonas, os estudos acerca do trabalho e do trabalhador urbano também deram frutos em teses e dissertações recentes e hoje animam alguns dos grupos de pesquisa ali existentes, com destaque para o trabalho de Maria Luiza Ugarte Pinheiro (2003).

Assim, menos que um vazio de estudos, o que temos é uma forte defasagem nos estudos de História Operária. Ali tem sido ainda necessário buscar uma formulação inicial nas interpretações historiográficas acerca do trabalho e do trabalhador urbano, muitas vezes repetindo percursos traçados pela historiografia brasileira de vinte anos atrás.

A História de Manaus durante o ciclo da borracha tem sido contada de diversas formas, mas em todas elas paira um desconcertante silêncio sobre a classe trabalhadora e sobre o seu papel na construção da dinâmica social da cidade. Anônimos, os trabalhadores vagavam por uma cidade que, desejando mostrar-se opulenta e moderna, não os ouvia, nem os queria ver na cena pública, além de não lhes assegurar quaisquer direitos.

A legislação época, inclusive os famosos códigos de postura, impunham-lhes regras e obrigações, limitando suas ações na cidade. Por vezes impondo-lhes normas que não podiam cumprir, os projetos urbanísticos e modernizadores segregavam os populares para espaços cada vez mais periféricos e precários. Por tudo isso, os trabalhadores urbanos expressaram uma vivência própria, que diferia das imagens de opulência e harmonia social consagradas pela historiografia amazonense. Pouco registradas, suas falas contradizem a história oficial e mostram um ambiente urbano eivado de contradições, disputas, descasos e mazelas. Diante desse quadro, uma das respostas da classe trabalhadora foi a organização e a luta política.

Como é sabido entre os anos de 1880 e 1920 a região Amazônica vivenciou um período de expansão econômica, alavancada pela produção extrativa da borracha. Para ela afluíram levas incontáveis de sertanejos empobrecidos, atraídos pelo propagandismo que falava de uma terra promissora, farta e opulenta (WEINSTEIN, 1993). Fruto da impiedosa exploração dos trabalhadores, a acumulação gerada pela borracha transformou Manaus numa cidade dinâmica e eminentemente comercial, atraindo e concentrando grande número de migrantes nacionais e estrangeiros e criando fortes matizes e contrastes sociais.

Assim, ao lado de ingleses e norte-americanos endinheirados, crescia de forma alarmante a população pobre que se espalhava pelos subúrbios e arrabaldes. Dentre os trabalhadores urbanos, as categorias ligadas ao comércio e às atividades portuárias (estivadores, carroceiros, catraieiros, marítimos, etc.) foram as mais numerosas, embora quase nunca bem remuneradas (PINHEIRO, 2003). Foram elas também as que com mais frequência apareceram na cena política, denunciando a opressão e reivindicando direitos.

Na Manaus da borracha, a vida operária singrou caminhos bastante diferenciados das apregoadas imagens de opulência e riqueza que falavam de barões da borracha acendendo charutos com notas de mil-réis (BRAGA, 1975; CASTRO, s/d). Não há estatísticas seguras sobre o valor dos salários, mas a crônica jornalística deixou inúmeros registros de que os vencimentos pagos aos trabalhadores urbanos sequer davam para cobrir os gastos básicos com alimentação, moradia, vestuário e transporte (PINHEIRO, 2003: 73). Perplexa com a situação, jornais de oposição indagavam “*como é que se pode viver com tanta carestia de gêneros, os mais necessários à vida*”. Os próprios operários externaram essa insatisfação:

Não há gênero algum, mesmo os que são produção do país, que não tenha triplicado de valor: a carne, o peixe, a farinha, o arroz, o açúcar, o café, tudo enfim, é vendido por um preço tal que em breve será impossível à população menos abastada suprir-se dos alimentos indispensáveis à vida. (Apud: PINHEIRO e PINHEIRO, 2004: 11).

Outro agravante para os trabalhadores de Manaus era o exorbitante preço das moradias. Cômodos simples, sem janelas e iluminação, mesmo em hospedarias e pensões baratas, podiam levar metade dos ganhos de um trabalhador pobre. Sem alternativa, a família operária via-se, por vezes, impelida para os casebres dos subúrbios e arrabaldes, para as pensões pardieiros e para os cortiços fétidos e insalubres, quando não relegada, em completo abandono, ao abrigo de marquises, pontes e porões de terra batida. Em 1922, um proeminente

médico-sanitarista assim registrou o drama da falta de moradia para os sertanejos que chegavam à Manaus:

Chegam na estação invernososa, dezenas de doentes desprotegidos, sem um cetil para as primeiras despesas, para o desembarque da bagagem. Casa não procuram: aboletam-se em baiucas abandonadas nos arrabaldes, nos baixos da Serraria Sá, nos patamares dos armazéns, nos alicerces dos edifícios em construção, e, nessas alfurjas de miséria, curtem dias sombrios de fome e doenças. (UCHÔA, 1924:75)

Mal alimentados, os trabalhadores urbanos estavam invariavelmente submetidos a jornadas de trabalho estafantes, que variavam, em média, de dez a quatorze horas. O trabalho não era regulamentado, o que significava dizer que ao trabalhador não era dada nenhuma garantia, nem assegurado qualquer direito ou proteção contra a exploração patronal.

Para diversas categorias, o trabalho tornava-se ainda mais extenuante por ocorrer em ambientes claustrofóbicos e insalubres. Galpões, armazéns e fábricas padeciam de falta de iluminação adequada e de aberturas que facilitassem a ventilação. Nestas condições, acidentes de trabalho eram freqüentes, inclusive os fatais.

Por tudo isso, as imagens dos trabalhadores de Manaus muitas vezes confundiam-se com a de esfarrapados a mendigar pelas ruas da cidade¹. Essas imagens chegaram também à família operária, onde as mulheres e mesmo as crianças tinham que se sujeitar a empregos e ocupações informais, em busca de trocados que ampliassem o orçamento familiar. Deserdados da riqueza produzida pela borracha, a iconografia flagrou os populares e os trabalhadores pobres amontoados nas esquinas, a espera de uma oportunidade de ganho.

Vítimas de um sistema produtivo opressor e concentrador de riquezas tornaram-se alvos fáceis para as doenças e epidemias, por vezes, devastadoras. O jornal *A Pimenta* conclui: “*O resultado de tudo isso, faz com que muitas pessoas, a maioria da população, pobres e que não tenham dinheiro suficiente para fazerem as suas despesas, passem mal, miséria mesmo, e, dessa miséria, adoeçam fatalmente*” (*A Pimenta, 1916*).

Foi principalmente pelas páginas da Imprensa Operária e Alternativa que o protesto operário passou a ganhar projeção, animando o processo organizativo e a luta política. Não raro, as páginas dos jornais sugeriam uma atitude não conformista e de confronto com o patronato:

¹ Entre maio e julho de 2004 organizei no Museu Amazônico da UFAM a mostra expositiva “Mundos do Trabalho na Cidade da Borracha” que explorava essa iconografia.

Os burgueses pançudos e encharcados de dinheiro querem nos matar de fome! Com o fechamento brusco do comércio, reclamam que eles não tem direito, nem merecem ter. O zé povinho é que paga o pato, pois os malditos cutrucos além de explorarem escandalosamente, ainda acham pouco e agora inventam que a crise os arruinam e, bumba, fecham as portas de seus estabelecimentos, pouco se importando que os pobres morram à mingua, porque eles são ricos e nada lhes falta... Em vez do dinheiro que eles querem, devemos dar-lhes pau, pau e muito pau, para ver se assim eles ficam mais humanitários e menos exploradores; e depois de uma boa sova, mandarmos eles plantar batatas lá em Portugal. (O Chicote, 27.09.1913).

Como registrou Pinheiro (2003:55) nas falas operárias os patrões tendem a ser qualificados ociosos, acostumados a trabalhar “*debaixo de cobertura enxuta, recostados, muitas vezes, ora num divã, ora numa cheise longue, a semelhança ... dos lordes ou dos fidalgos de raça como se encontram na Europa*”. A imagem do trabalhador, por outro lado, era valorizada como a mola propulsora da sociedade e o verdadeiro criador da riqueza e do progresso. Sua formação humilde e a experiência da labuta diária nutriam-lhe valores morais de justiça, correção, solidariedade e compaixão. Em suma, era a vida sofrida e humilde que fazia dos trabalhadores pessoas superiores e cabia a eles ter consciência e orgulhar-se disso:

Não somos eruditos, nem herodotos; não freqüentamos Universidades ou Academias para adquirir um papel pelo qual se nos autorizasse a viver sem trabalhar. Não. Os nossos paes não eram burguezes nem mandões... . A nossa escola é outra: Somos operários e a nossa illustração quer intellectual, quer material é a menos imperfeita de todos porque é colhida no templo onde as imagens são: componedores, martellos, arados, serrotes, plainas, cutellos, enxadas, machados e, enfim, outros santos mais que se compõe nossa igreja cujo fim último é a propagação do trabalho, porque sem este era impossível a vida. (A Lucta Social, 29.03.1914).

Se desde o século XIX esboçou-se uma tendência de união e organização da classe operária em torno da idéia maior de sua emancipação, é preciso reconhecer também que tal desejo esbarrou na diversidade dos caminhos apontados pelos diversos projetos políticos que passaram a orientar o debate entre o movimento operário. A organização e a luta operária também divergiam por força das experiências singulares de cada uma das categorias e grupos, levando-nos a reconhecer que, tal como no resto do Brasil e do mundo, o que caracterizou o movimento operário no Amazonas foi sua multiplicidade, seja quanto à sua composição, experiências, ideários políticos e práticas culturais.

Quais os objetivos da luta operária? Como mobilizar os trabalhadores? Que tipo de sociedade construir? Como chegar a ela? Estas são algumas das inquietações que, propostas pelas lideranças operárias, espalhavam-se pelo movimento e geravam, muitas vezes, disputas acirradas e até violentas entre os próprios trabalhadores. Nossas pesquisas têm reforçado que os operários amazonenses da virada do século XIX para o XX expressaram diversas posturas políticas que se alinharam, em maior ou menor grau, às três grandes tendências do movimento operário nacional, com forte presença do *Reformismo* (em suas diversas vertentes) em meio a participações menores de seguidores do *Anarquismo* e do *Socialismo*.

As pesquisas recentes têm demonstrado que o processo associativo começou cedo, na virada do século XIX para o XX. Até 1911, predominaram as agremiações de caráter assistencialista, como as mutualistas e as beneficentes, por vezes sofrendo algum tipo de controle patronal. Os primeiros sindicatos operários só começam a aparecer e generalizar-se em Manaus após 1914, em geral abandonando as antigas denominações e objetivos das Associações Benéficas, como ocorreram com os estivadores, cocheiros, carroceiros e operários da construção civil. Organizadas quase sempre por categorias, a primeira tentativa de articulação mais ampla, foi a da criação da “Confederação do Trabalho do Amazonas”, em 1909, de perceptível influência patronal.

Nova associação desse tipo, porém agora sob o controle dos próprios trabalhadores só voltaria a ocorrer ali após o impacto das greves de 1917 em São Paulo e no Rio de Janeiro. Neste momento, foi criada a “União Operária Amazonense”, que liderou diversas greves a partir de 1919. O jornal *Vida Operária*, de 1920, fez também forte propaganda pela criação de federações e confederações de trabalhadores como instrumento de fortalecimento e ampliação da luta operária.

A primeira greve de que se tem notícia no Amazonas é a dos catraieiros, ocorrida em 1883. No final da mesma década carregadores, carroceiros e estivadores também pararam com frequência. Como demonstrou Pinheiro (2003), dentre os portuários, os estivadores fizeram algumas das maiores greves de Manaus em todo o período da borracha, parando por longos períodos o porto e a cidade.

Gráficos, sapateiros, motoristas e condutores de bondes, trabalhadores da construção civil, pescadores, funcionários da limpeza pública e das firmas estrangeiras que estavam encarregadas dos serviços públicos participaram igualmente da luta operária e enfrentaram o patronato e o Estado em frequentes greves. (DIAS, 2000)

Em geral, as paralisações eram motivadas pela carestia e tinham caráter de reivindicações salariais, mas já nos primeiros anos do século XX, começaram a discutir a

redução da jornada de trabalho, com a defesa das 8 horas. Coincidindo com o período de maior expansão da atividade econômica no Amazonas, os trabalhadores passaram a desenvolver estratégias de luta mais sofisticadas e organizadas, entabulando diversas greves de solidariedade.

Acompanhando o movimento operário nacional, em 1917 e 1919 os trabalhadores de Manaus ensaiam o encaminhamento de uma Greve Geral, que não chegou a lograr êxito. A aguda crise da economia de exportação da borracha e o aumento do custo de vida em decorrência da Primeira Guerra retraíram sensivelmente os empregos e salários, fragilizando as reivindicações operárias na cidade.

Outro fator que nos parece ter sido determinante do refluxo do movimento operário em Manaus após 1917 foi o acirramento da repressão policial e a sistemática perseguição das lideranças operárias com o conseqüente aumento do controle sobre as categorias mais mobilizadas.

Se até aqui nossas pesquisas sobre a vivência operária tem retomado a década final do século XIX como uma espécie de marco inicial da formação (adensamento e mobilização política) da classe operária em Manaus é preciso reconhecer que seu limite extremo não foi além do final da década de vinte, exatamente por entendermos que as mudanças políticas da chamada “Revolução de 1930” e suas implicações sociais, notadamente o lento desenvolvimento do *trabalhismo*, marcavam o início de um outro momento e impactaram os trabalhadores urbanos, as organizações sindicais e a luta operária, mudando sensivelmente suas características.

Dessa forma, nossa preocupação atual tem sido alargar o conhecimento da história operária no Amazonas para além daquele marco divisor, para, dessa forma, identificar com mais acuidade essas mudanças que são, de resto, um tema lacunar no interior da historiografia amazonense, o que deixaremos para registrar em outro momento, dado os limites impostos aos textos das comunicações.

Referências bibliográficas:

BATALHA, Cláudio, SILVA, Fernando Teixeira da e FORTES, Alexandre. **Culturas de Classe: Identidade e Diversidade na Formação do Operariado**. Campinas-SP: Editora Unicamp, 2004.

- BATALHA, Cláudio. **O Movimento Operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- BRAGA, Genesino. **Chão e Graça de Manaus**. Manaus: Fund. Cultural do Amazonas, 1975.
- CASTRO, Marvignier. **Síntese Histórica da Evolução de Manaus**. Manaus: Calderaro, s/d.
- COSTA, Francisca Deusa Sena da. **Quando o Viver Ameaça a Ordem Urbana**. Mestrado em História. São Paulo, PUC, 1987.
- DIAS, Ednéa Mascarenhas: **A Ilusão do Fausto: Manaus, 1880-1920**. Manaus: Valer, 2000.
- GOMES, Ângela de Casto. **A Invenção do Trabalhismo**. Rio de Janeiro: Campus, 1985.
- HOBBSAWM, Eric. **Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- MATTOS, Marcelo Badaró. **O Sindicalismo Brasileiro Após 1930**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto e PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte (Orgs). **Imprensa Operária no Amazonas**. Vol. 1. transcrições e fac-símiles. Manaus: Edua, 2004.
- PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **A Cidade Sobre os Ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus, 1899-1925**. 2ª. ed. Manaus: Edua, 2003.
- PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Tradições, Aspirações e Conspirações: trabalho e conflito na zona portuária de Manaus (1890-1930). **Amazônia em Cadernos**, No. 2/3. Manaus: Ufam/Museu Amazônico, 1993/1994, 213-220.
- SALLES, Vicente. **Marxismo Socialismo e os Militantes Excluídos**. Belém: Pakatatu, 2001.
- SILVA, Fernando Teixeira da. **Operários Sem Patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras**. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2003.
- THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- UCHÔA, Samuel. **Dois Anos de Sanitarismo**. Manaus: Livraria Clássica, 1924.
- WEINSTEIN, Bárbara. **A Borracha da Amazônia: expansão e decadência**. São Paulo: Hucitec, 1993.